

2

O desfalque

Uma folha em branco foi selecionada em meio a muitas outras. Disposta sob uma mesa, ela recebeu uma leve pincelada de cola e, em seguida, um meticuloso recorte foi deitado por sobre a área besuntada. Era uma pequena nota de jornal que dizia o seguinte:

“Colônia de Alienados: a apurar

O Jornal do Brasil, em sucessivos locais, tem profligado a má administração da Colônia de Alienados, na Ilha do Governador. A propósito vem o caso de que o respectivo almoxarife, que fora submetido à inspeção, a pedido de um filho, e julgado inválido, desde o mês passado até hoje, não solicitou a sua aposentadoria, concorrendo para que seja substituído interinamente por outro funcionário, sem fiança.

Segundo nos informaram, aquele almoxarife tem sido aconselhado a assim proceder a fim de ser evitada a sua substituição efetiva o que dará lugar a serem apuradas graves responsabilidades.

O Sr. Ministro do interior, que tem sido tão solícito em atender as reclamações do Jornal do Brasil conseguindo apurar a sua veracidade, confiamos estenderá o inquérito a que se está procedendo no Hospício Nacional a essa dependência do mesmo hospício.”¹²

A nota do *Jornal do Brasil* se referia a uma suposta estratégia do almoxarife da Colônia de Alienados da Ilha do Governador que, mesmo “julgado inválido” para o serviço, protelava sua aposentadoria por temer a apuração de “graves responsabilidades”. Assim, a nota sugeria que fosse estendido à colônia o inquérito que já ocorria no Hospício Nacional de Alienados. O jornal clamava por uma ação do ministro do interior, Joaquim José Seabra, para que as denúncias publicadas fossem mais uma vez apuradas em “sua veracidade”.

A cola secou e a nota deixou de ser parte de um grupo de efemérides corriqueiras de um jornal para se tornar um documento oficial. O recorte recebeu cinco anotações em sua nova e solene moldura, todas com caligrafias diferentes. Em uma delas, um carimbo do Gabinete do Ministério da Justiça e Negócios Interiores com uma rubrica e data de 21 de janeiro de 1903. Outra simplesmente

¹² Arquivo Nacional, *Série Saúde*, IS³23.

registrava: “Aviso, em aditamento à Comissão”. A maior anunciava o seguinte: “[ilegível] um aviso aos membros da Comissão nomeada para o Hospício estendam o seu [ilegível] à Colônia de Alienados”. Em seguida, outra pequena anotação: “Avisos em 22 de janeiro de 1903”. Por fim, uma anotação a lápis que registrava: “[ilegível] C. de Lima/ 22 de janeiro de 1903”¹³.

Alguns dados se perdem entre as caligrafias de escriba e as garatujas indecifráveis. Contudo, nos intriga a possível influência que a nota do *Jornal do Brasil* teve no desdobramento do tal inquérito, a menos ao que se refere à sua abrangência. Nota-se que este teve início em 16 de dezembro de 1902, com a convocação dos membros que formariam uma comissão para avaliar “as condições da assistência a alienados no Hospício Nacional”¹⁴. Em 22 de janeiro de 1903, o inquérito se tornou “extensivo às colônias”¹⁵. A nota do *Jornal do Brasil* é de 20 de janeiro de 1902. Mas, o que teria motivado esse inquérito?

Alguns estudos têm investido na necessária análise das contribuições de nomes como Juliano Moreira¹⁶, Teixeira Brandão¹⁷, Franco da Rocha¹⁸, entre tantos outros que representavam a elite do pensamento científico brasileiro do final do século XIX e início do século XX. Escusado destacar a existência de trabalhos que em nada contribuem para o que Nara Britto chama construção

¹³ Arquivo Nacional, *Série Saúde*, IS³²³

¹⁴ Cf. Aviso do Ministério da Justiça e Negócios Interiores que trata da nomeação dos membros que irão compor a Comissão de Inquérito. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1887/000261.html>. Último acesso em 20/04/2012. Grifo nosso.

¹⁵ No *Relatório da Comissão de Inquérito sobre as condições da Assistência a Alienados no Hospício Nacional e Colônias da Ilha do Governador* encontramos a seguinte informação: “A comissão nomeada por aviso do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de 16 de dezembro último, para proceder a inquérito sobre as condições atuais da Assistência a Alienados no Hospício Nacional, devendo estender-se também, segundo o aviso do mesmo ministério, às colônias de alienados da Ilha do Governador”. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1887/000443.html>, último acesso em 20/03/2012.

¹⁶ Vera PORTOCARRERO. **Arquivos da Loucura**: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2002.

¹⁷ Marcos Vinício ARAUJO JUNIOR; Almerinda MOREIRA e Bruno ROCHA. “Biografia de João Carlos Teixeira Brandão: de alienista a diretor da 1ª Escola de Enfermagem do Brasil”. **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.** (Ed. port.) [online]. 2009, vol.5, n.1, pp. 1-13.

¹⁸ Para uma breve e elogiosa biografia cf. Lygia Maria de França PEREIRA. “Franco da Rocha e a teoria da degeneração”. **Revista Latinoamericana de Psicologia Fundamental**, Vol. VI, num.3, set., 2003, pp154-163; sobre Franco da Rocha e sua obra no Hospício do Juquery cf. Afonso Carlos NEVES. **O emergir do corpo neurológico no corpo paulista**: neurologia, psiquiatria e psicologia em São Paulo a partir dos periódicos médicos paulistas (1889-1936). São Paulo, USP, 2008, (Tese de doutorado em História Social - Mimeo)

mitológica das trajetórias dos grandes cientistas brasileiros¹⁹ e, ao contrário, investem na análise crítica e o rigor científico. Entretanto, durante muito tempo, segundo aponta Silvia Figueiroa, muitos outros trabalhos que seguiram essa linha:

“Concentra[ram] a atenção nas grandes teorias e ‘grandes personagens’, ou nos ‘sucessos institucionais’. Produziram assim categorias analíticas para uma história dos vencedores, deixando de lado a ‘história cotidiana’ da ciência que constitui na verdade a maior parte desse processo.”²⁰

É possível identificar investimentos que deslocam o foco dos vencedores para os vencidos, especialmente os considerados passíveis de reclusão. Nesses trabalhos, o primeiro plano ocupado pelos médicos passa a também contar com a presença dos doentes. O olhar sobre esses novos personagens oferece outras variáveis, conforme destaca Margarida de Souza Neves:

“Olhemos com mais atenção esses rostos. Além de oferecer pistas escassas, mas eloquentes, sobre suas próprias vidas, o esboço que deles nos deixaram seus médicos nos permitem saber muito sobre o lugar dos doentes [...] na relação médico-paciente, sobre a ciência médica de então e sobre alguns dos procedimentos terapêuticos então utilizados [...]”²¹

Como exemplo, podemos citar trabalhos como o de Pedro Felipe Neves de Muñoz²², que investiga a experiência de uma imigrante alemã internada em 1925 no Hospício Nacional de Alienados. O autor analisa o caso da interna a partir de suas relações com questões de gênero e com a própria prática psiquiátrica. Allister Andrew Teixeira Dias parte de casos criminais envolvendo três personagens e suas experiências individuais entre a loucura, a simulação da loucura e o crime para analisar estratégias e possibilidades dentro das instituições psiquiátricas do Distrito Federal²³. Yonissa Marmitt Wadi²⁴ aborda o dramático caso de uma camponesa internada em um hospital psiquiátrico de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, após afogar a própria filha. Entre as virtudes da pesquisa de Wadi é

¹⁹ Nara BRITTO. **Oswaldo Cruz: A construção de um mito da ciência brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

²⁰ Silvia FIGUERÔA. **As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997. P.17.

²¹ Margarida de Souza NEVES. **Ciência e preconceito**. Uma história social da epilepsia no pensamento médico brasileiro – 1859-1906. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006. (Projeto de Pesquisa do Departamento de História da PUC-Rio - Mimeo). P.15.

²² Pedro Felipe Neves de MUÑOZ. **Degeneração atípica: uma incursão ao arquivo de Elza**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Oswaldo Cruz, 2010. (Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde).

²³ Allister Andrew Teixeira DIAS, *op. cit.*

²⁴ Yonissa Marmitt WADI. **A história de Pierina: subjetividade, crime e loucura**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

notável o êxito em qualificar sua personagem como sujeito social que tem sua experiência confundida com as experiências sociais da loucura e de gênero do início do século XX. Esses trabalhos abordam personagens que:

“Nada têm de grandioso, mas guardam certa grandeza no sofrimento, revelam muito de seu tempo em seu fugidio clarão e, certamente, foram objeto de ódio, piedade ou desprezo de seus contemporâneos. Foram vidas ditas detidas por alguma instituição, aprisionadas pelas condições que lhe foram impostas, maldição das relações de poder, e das quais restaram apenas alguns vestígios, poucas frases, atas apressadas e documentos burocráticos, prontuários médicos, pequenos relatos, fotos e imagens desbotadas de sua má sorte.”²⁵

De forma distinta, os personagens abordados nas páginas desse capítulo tem seu anonimato (ou quase anonimato) imposto não por terem sido “detidos por alguma instituição”, antes, faziam parte dela. Uma participação que não lhes rendeu, porém, um grande destaque para a posteridade. Ao observar um pouco de suas vidas, tentamos “fazer funcionar um conjunto cultural, [...] ouvir-lhes os silêncios, estruturar uma paisagem que não poderia ser apenas um simples reflexo sob a pena de não ser nada”²⁶.

Assim, esses personagens foram observados não como “um simples reflexo”, mas através de sua própria história, que em parte também é, como vimos, a história da Assistência Médico-legal a Alienados. Pessoas que durante toda a vida pouco ou nenhuma voz tiveram nos ajudarão agora a melhor compreender esse capítulo do alienismo brasileiro no alvorecer do século XX. Nas páginas seguintes, a trajetória de três personagens, uma inspetora de lavanderia e dois almoxarifes, nos ajudarão a melhor compreender os motivos dessa crise e, mesmo com suas “vidas cinzentas”²⁷, “farão saltar para o primeiro plano o contexto do qual surgiram, porque não são nem mais nem menos representativas dele – são-lhe inerentes”²⁸.

2.1

²⁵ Lilia Ferreira LOBO, *op. cit.*, p.18

²⁶ Jacques REVEL. **A invenção da sociedade**. Lisboa: Editora DIFEL, 1989.

²⁷ Lilia Ferreira LOBO. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. P.17

²⁸ Idem, p.19.

Rita

Segunda-feira, 27 de janeiro de 1902. Após vários dias com pouco sol, a cidade do Rio de Janeiro voltava enfim a ter um típico dia de verão²⁹. Para os funcionários da lavanderia do Hospício Nacional de Alienados poderia ser uma boa oportunidade para colocar em dia o trabalho que provavelmente já começava a acumular. Há algum tempo melhorias nas instalações permitiram que fosse aumentada a capacidade e a qualidade do processo de lavagem. Em 1899 era anunciado que:

“Foi levada a efeito grande parte dos melhoramentos que se tornaram necessários, afim de combater as causas que ocorriam para a insalubridade do hospício [...] restaurou-se parte do encanamento d’água que abastecia o Hospício e efetuaram-se alguns reparos de que careciam a caixa d’água da Piassava e os encanamentos próximos. Por isso pode ser posta inteiramente em atividade a secção hidroterápica destinada às mulheres. Para suprir a lavanderia foram colocadas duas penas d’água.”³⁰

Além de mais água, a seção, coordenada pela dedicada Mme. Cid Braga³¹, passava a contar também com o incremento de novas técnicas de lavagem, como informa o próprio diretor do hospício:

“resolvi fazer funcionar a lavanderia a vapor, não só para facilitar a lavagem da roupa, como para aproveitar a estufa anexa àquela, para desinfetar diariamente as roupas de cama, de uso, colchões, travesseiros etc [...] Desde então para cá estão funcionando a lavanderia e vapor e a estufa 2 vezes a 3 vezes por semana, sem aumento sensível de despesa de combustível e com grande proveito para a higiene hospitalar.”³²

E foi com toda potência das duas penas d’água que o dia seguiu, com os trabalhos de rotina. A lavanderia e seu pátio localizavam-se numa área que

²⁹O dia teve temperatura mínima de 22,7°C e máxima de 28°C com muita luz e alguma nebulosidade no final do período. Dados meteorológicos cf. coluna “Gazetilha” do *Jornal do Commercio* de 28 de janeiro de 1902.

³⁰ *Relatório do Ministério da Justiça e negócios Interiores dos anos de 1898 e 1899 apresentado ao Presidente da República em março de 1889*, p.218. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1885/000223.html>, último acesso em 13 de dezembro de 2011.

³¹ Sobre a competência da responsável pela lavanderia encontramos o seguinte trecho: “[...] quanto ao pessoal que funciona neste estabelecimento devo notar a V. Ex. que devo agradecer pelo auxílio que prestaram, na área de suas atribuições [...] Entre os empregados subalternos mereceu especial menção, pelo desempenho de seus cargos as inspetoras das seções destinadas às senhoras, D. Esther Barbosa e Mme. Rose Lopes, bem como o inspetor Dias e chefe da Lavanderia Mme. Cid Braga e o Sr. Ch. Braga, que serve na farmácia com grande dedicação”. Arquivo Nacional, *Série Saúde*, IS³ 23. Relatório do Hospício Nacional e Colônias de Alienados, 31 de dezembro de 1903, fl 29.

³² Arquivo Nacional, *Série Saúde*, IS³ 21. Relatório do Hospício Nacional de Alienados e Colônias de Alienados, 31 de dezembro de 1889, fl.12.

ofendia a simetria arquitetônica do hospício³³. Outras quatro construções ocupavam essa área, todas pertencentes ao Hospício Nacional de Alienados e que serviam de moradia a seus funcionários³⁴. Ao estender as últimas roupas no varal, a equipe de Mme. Cid Braga chegava ao final do expediente. O pátio se embandeirava com as roupas lavadas e higienizadas e o vento morno da noite que se aproximava garantiria a secagem definitiva.

Anoiteceu. A lua, já considerada “fantástica” por um grupo de rapazes quando, ao estender sua “toalha de neve luminosa”, revelou a grave fachada de um prédio “branco e sinistro”³⁵, repetia seu balé elíptico e voltava a deitar seu clarão sobre o velho hospício. Dessa vez, porém, não é a fachada que chama atenção. A luz que penetrava o Hospício Nacional de Alienados permite entrever locais onde aparentemente nada de extraordinário acontecia. Mesmo altiva e brilhante a reger as marés, a lua cheia³⁶ surgia dessa vez como mera coadjuvante em outro balé, este protagonizado pelas peças de roupa que, sob o embalo da viração que soprava do mar, pareciam dançar em perfeita sincronia. A noite avançava...

De carona, o historiador também avança pela noite, ou pelas “áreas de opacidade e silêncio”. Ao analisar o conjunto documental com especial atenção para “onde ele é mais opaco”, talvez seja possível descobrir o estranho, “captar a diferença” e encontrar aí uma maneira de penetrar em um universo carregado de emoções, valores e visões de mundo que lhe são próprios³⁷. A proposta de Robert Darnton nos é cara para compreender o que talvez possa ter acontecido na manhã da terça-feira, 28 de janeiro de 1902. O dia começava a clarear. A escuridão sofria os primeiros golpes da aurora. Rita, a funcionária responsável por inspecionar a

³³ Cf. “Relatório do Diretor interino do Hospício Nacional de Alienados. In: *Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Dr. J.J. Seabra Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores em março de 1905*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

³⁴ Arquivo Nacional, *Série Saúde*, IS³ 23. Relatório do Hospício Nacional de Alienados e Colônias de Alienados, 15 de fevereiro 1903, fl.24-25.

³⁵ Trata-se do episódio relatado por Olavo Bilac em artigo para a revista *Kosmos Revista Artística, Científica e Litteraria*, em fevereiro 1905. Bilac nos conta que, em busca de aventuras, ele e mais quatro amigos resolveram fazer “um passeio à praia da Saudade” para ver o hospício sob o luar. O episódio teria ocorrido aproximadamente na primeira metade da década de 1880.

³⁶ Para as fases da lua, cf. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Anuário, Observatório Nacional do Rio de Janeiro**. 1902, ano XVII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1902.

³⁷ Robert DARNTON. **O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1986. “Apresentação”, XIV-XV.

lavanderia, por certo teve uma amarga surpresa ao fixar o olhar em direção ao varal: as roupas não estavam mais ali.

O Rio de Janeiro do início do século XX não era nada tranquilo. Segundo os periódicos, os “gatunos” estavam à solta³⁸ e os furtos ocorriam com monótona frequência. Duas madrugadas antes do roubo da lavanderia, “larápios assaltaram” a residência de Arthur Raymundo Rodrigo. Os ladrões (o periódico não informa quantos), ao serem flagrados pelo próprio Arthur “quando faziam farta colheita”, fugiram levando “uma dúzia de salvas de prata”. Passado o susto, “a vítima apresentou queixa desse fato ao delegado da 8ª Circunscrição Policial Urbana, que a respeito abriu inquérito”³⁹. No mesmo dia a 8ª Circunscrição registrava a queixa do alferes Francisco Emílio de Araújo que, ao retornar de seu plantão noturno, encontrou saqueado seu quarto, localizado na casa de cômodos do número 190 da rua São Cristóvão. Após conferência, o pesar pela falta de 450\$000⁴⁰.

Na madrugada de 19 de janeiro temos a notícia de que um guarda noturno presenciou algo suspeito durante sua ronda pelas ruas do Catete e Silveira Martins. Um homem carregava, não sem alguma dificuldade, “um grande volume”. Conduzido à 5ª Delegacia Urbana, Pedro Ferreira de Mello informou que apenas prestava um serviço e “que o embrulho lhe havia confiado dois desconhecidos”. O destino da entrega seria o nº 26 da rua Frei Caneca, lá encontraria um “tal Theophilo”.

O depoimento de Pedro não convenceu os policiais que o recolheram ao xadrez. No mesmo dia, apenas poucas “horas depois”, chegava à delegacia Bali Vicenzo “queixando-se que um grande roubo fora praticado na pensão Nobre, de que é proprietário”. A lista dos objetos que faltavam “mencionava todo o conteúdo da trouxa surpreendida em poder de Pedro”⁴¹. O periódico se abstém de uma melhor conclusão e encerra a nota afirmando que “parece que esse [Pedro]

³⁸ A coluna “Gazetilha” do *Jornal do Commercio* de 26 de janeiro de 1902 trazia a seção “Gatunos em ação”.

³⁹ *Idem*.

⁴⁰ *Idem*.

⁴¹ O volume continha 38 copos grandes de prata, 2 colheres de prata para açucareiro, 5 açucareiros (sendo dois deles de prata e um de níquel), 2 portas-ovo de prata, 1 manteigueira de cristal azul com guarnições de prata, um garfo de níquel, uma capa de linho para cadeira, 6 travessas de níquel e um par de botinas.

mais tarde confessou ser ele próprio o autor do crime, ou pelo menos ter nele grande cumplicidade”⁴².

Não só nas madrugadas, mas em outros momentos do dia, os furtos eram frequentes. Jose Ferreira Pacheco escolheu a manhã nublada de 26 de janeiro para, “em companhia de sua senhora”, tomar um banho de mar. Depois do refresco, “ao regressar para a casa encontrou a porta aberta da entrada”. Logo a triste constatação: “os gatunos ali haviam estado e lhe tinham subtraído de dentro de uma das gavetas de seu lavatório várias joias no valor de 4:000\$ aproximadamente”. Indignado, Pacheco se dirigiu à 3ª Circunscrição Policial para prestar queixa sobre o ocorrido. O delegado imediatamente designou os agentes Lousada e Fausto Reis para “descobrirem o autor do desse roubo”. A eficiência dos agentes correspondeu à presteza à qual foram convocados: poucas horas depois do registro da queixa “foram presos para averiguação os gatunos conhecidos pelas alcunhas de Charles e Jaburu”⁴³.

Provavelmente essas notícias pouco importavam para Rita, antes suas preocupações se voltavam para a necessidade de contabilizar e registrar o saldo do furto: 9 camisas de homem, 2 camisas de meia, 3 camisas de dormir, 20 ceroulas, 1 colete, 8 pares de meia, 9 camisas de senhora, 1 camisa de dormir, 1 saia branca⁴⁴.

Como já foi dito, a antiga empregada era responsável por zelar pela segurança do local que, cercado por uma “tela de arame farpado de 2 metros mais ou menos de altura”, era aparentemente seguro. Surpreendida com a audácia dos “gatunos”, Rita talvez tenha começado a sentir-se angustiada. Falhara na função que exigia zelo e atenção. O episódio poderia ser considerado um descuido, e, principalmente, punido como tal.

Talvez viessem às lembranças de Rita episódios como a fuga de um alienado do Pavilhão de Observação que “aproveitando um momento de descuido do empregado da seção [...] saiu e ganhando o capinzal, protegido pela cerração

⁴² *Jornal do Commercio*, 20 de janeiro de 1902.

⁴³ *Jornal do Commercio*, 27 de janeiro de 1902.

⁴⁴ Arquivo Nacional, *Série Saúde*, IS³ 22. *Lista de material roubado, assinada em 28 de janeiro de 1902 por Rita R. de Almeida, inspetora da lavanderia.*

que então havia, desapareceu, não podendo ser encontrado apesar dos esforços empregados”. O funcionário, que era um “novato no serviço”, foi responsabilizado e “multado em 5 dias de trabalho”⁴⁵. Em outra fuga, um empregado “sob quem caíra toda culpabilidade”, foi dispensado⁴⁶.

Não tardou para que o caso do furto das roupas chegasse ao conhecimento do diretor e o que Rita talvez tanto temesse aconteceu. A experiente empregada foi punida com uma advertência. Era demais a humilhação!

– Ah, se os cães ainda estivessem ali, eles poderiam ter evitado isso tudo...

Não há registros de que Rita ou outro alguém que também lamentasse o furto, tenha dito, escrito ou mesmo pensado essa frase, mas ela não é de toda fantasiosa, uma vez que existem registros de que a segurança na área da lavanderia sofrera há pouco tempo uma grande baixa, os cães vigia.

Em despacho encaminhado ao ministro da justiça e negócios interiores⁴⁷, o diretor do hospício, Pedro Dias Carneiro, informava que a área da lavanderia era antes também garantida “por dois grandes cães de vigia” de propriedade de Oscar Adolpho da Costa Braga, almoxarife há pouco demitido, que morava em uma das casas de propriedade do hospício. No dia 24 de janeiro, portanto, três dias antes do furto à lavanderia, ele havia se desligado do Hospício Nacional de Alienados e se mudado para a rua Marques de Abrantes, no bairro do Flamengo. Levava consigo os cães. Assim, “os gatunos deram pela falta dos latidos” e praticaram o roubo. Dessa forma, naquela madrugada do dia 27 as únicas testemunhas foram a brisa noturna e a lua cheia. Como era de praxe, o episódio foi também reportado ao Chefe de Polícia⁴⁸.

⁴⁵ Arquivo Nacional, *Série Saúde*, IS³ 21. *Relatório do Hospício Nacional e Colônias de Alienados*, 1899, fls.9-10. Encaminhado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores em 31 de dezembro de 1899 por Pedro Dias Carneiro. Trata-se da fuga de Catricalá José do Pavilhão de Observação, ocorrida em junho desse ano. No relatório não consta o nome do empregado.

⁴⁶ Idem, fl.10. “A 17 de julho às 6 horas da manhã evadiu-se do Pavilhão de Observação o alienado Leonardo Neves Nobrega [...] foram dadas de pronto as providências necessárias, sendo o evadido capturado em Copacabana e enviado pelo delegado dessa circunscrição [...]”.

⁴⁷ Arquivo Nacional, *Série Saúde*, IS³ 22. Despacho de 03 de fevereiro de 1902: comunicando o roubo de roupas ocorrido no HNA em 27 de janeiro. Encaminhado ao ministro por Pedro dias Carneiro.

⁴⁸ Idem.

Sobre o lugar de almoxarife, sabemos que ele foi ocupado dia 4 de fevereiro por Euzébio de Queiroz Mattoso Maia⁴⁹. Sabemos também que ele se mudaria para a casa pertencente ao hospício que até a semana anterior era ocupada pelo seu antecessor. Não sabemos, contudo, se Euzébio trouxe consigo algum cão. Sobre Rita, também não temos maiores informações, apenas que a “excelente e antiga empregada [...] sentida pela repreensão despediu-se [...] no fim” do mesmo mês de janeiro⁵⁰.

Esses indícios sugerem uma ligação entre o infortúnio da empregada e a demissão do almoxarife do Hospício Nacional de Alienados, ocorrida durante uma grande crise da assistência a alienados do Distrito Federal. Cabe ao historiador, conforme propõe Carlo Ginzburg, ser capaz de “a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente”⁵¹. Nesse sentido, episódios tão prosaicos como o roubo da lavanderia, oferecem-nos a oportunidade de compreender a trajetória da assistência a alienados no início do século XX. O drama de Rita nos serve como um bom pretexto para analisar as origens da crise de 1903 não somente no nível do corriqueiro, mas também dos estratos inferiores da hierarquia da assistência a alienados.

2.2

Oscar

Sábado, 15 de fevereiro de 1890. Nesse dia, quem, por alguma obrigação, tivesse que sair de casa formalmente vestido teria que cumprir uma grande odisséia: andar pelas ruas do Rio de Janeiro. O reinado de Momo já havia se estabelecido. O caos e a algazarra davam cores diferentes à cidade. Em meio à

⁴⁹ Oscar Adolpho da Costa Braga foi demitido dia 27 de janeiro de 1902, sendo na mesma data nomeado Euzébio de Queiroz Mattoso Maia para a vaga de almoxarife. Cf. Relatório do MINISTRO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES 1901 E 1902, p. 197. Documento apresentado ao Presidente da República pelo Ministro Sabino Barroso Junior em março de 1902, disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd>, último acesso em 22 de julho de 2011.

⁵⁰ Arquivo Nacional, *Série Saúde*, IS³ 22. Despacho de 03 de fevereiro de 1902: comunicando o roubo de roupas ocorrido no HNA em 27 de janeiro. Encaminhado ao ministro por Pedro dias Carneiro.

⁵¹ Carlo GINZBURG. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.152.

confusão, era possível perceber, contudo, grupos que mais pareciam castas distintas. De um lado, os entusiastas de um carnaval *chic* e civilizado, de outro, os seduzidos pelo entrudo, folgado tido como forma grosseira e indecente de folia e que, para os *chics*, denotava total “falta de urbanidade”⁵². Era o primeiro Carnaval sob a República e não tardou para que o novo regime definisse qual dos dois grupos seria passível de proscricão:

“Com o avanço da vida urbana [...] o entrudo passou a ser combatido pelas elites intelectuais por não se ajustar ao projeto modernizante e europeizante que eles tinham para o Brasil. [...] [Esse grupo] se voltava contra o velho brinquedo, considerado prática de bárbaros – ‘furiosa e brutal em sua espontaneidade’ –, propugnando por uma nova forma de diversão mais de acordo com o espírito do tempo.”⁵³

No início do ano de 1890, a República era a grande novidade que, de acordo com o *espírito do tempo*, propunha reformas variadas. E foi justamente uma dessas reformas que talvez tenha obrigado alguns homens a se lançarem formalmente vestidos àquelas ruas convulsionadas. Atentos às molhadelas, às chuvas de confete e, caso estivessem de cartola, aos ataques com limões-de-cera⁵⁴, eles por certo mantinham o pensamento fixo na importância daquele dia: haviam sido nomeados para um lugar na Assistência Médico-Legal de Alienados.

Não sabemos ao certo se houve uma solenidade de posse ou algo que o valha, antes nos chama a atenção o dia escolhido para a nomeação, 22 de fevereiro⁵⁵. O primeiro dia de carnaval parecia representar pouco ou nada na

⁵² Cf. Eduardo Granja COUTINHO. **Os cronistas de momo: imprensa e carnaval na Primeira República**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. P. 34. Em trabalho que também aborda os primórdios do carnaval carioca, Maria Clementina Pereira Cunha mostra que mesmo com a luta “europeizada” em favor de “batalhas sem confetes” a mistura entre os foliões persistia nas ruas do Rio. Cf. _____. **Ecos da folia**. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Entre as brincadeiras carnavalescas havia a guerra às cartolas que consistia em atacar com limões-de-cera os homens que no momento envergassem esses símbolos de distinção social. O *Jornal do Brasil* de 13 de fevereiro de 1893 trazia a notícia intitulada “Guerra às cartolas”, onde se pode ler o seguinte: “na rua do Ouvidor, repetiu-se este ano a brincadeira de mau gosto que hoje quase que faz parte integrante do Carnaval do Rio – a guerra às cartolas, da qual são muitas vezes vítimas os cidadãos que pacatamente passam com suas famílias pelas ruas”. *Apud* Eduardo Granja Coutinho, *op. cit.*, p.34.

⁵⁵ Série Saúde *IS² 5, *Assistência médico-legal de alienados/ Directoria do Interior fl.8*. Trata-se de um livro com o nome dos membros e as informações concernentes à movimentação destes. Os primeiros membros foram nomeados em 22 de fevereiro de 1890.

construção do novo repertório simbólico republicano⁵⁶. A imprensa da época registrou as mudanças promovidas no tratamento dado aos alienados. Na edição de 22 de fevereiro de 1890, data da posse, a *Gazeta de Notícias* informava o seguinte: “Consta-nos que vai ser nomeado secretário da assistência médico-legal a alienados o Sr. Plínio de Araújo”. No dia anterior, 21 de fevereiro, uma mesma nota foi publicada em dois jornais diferentes, o *Diário de Notícias* e o *Diário do Comércio*: “Foi assinado o decreto aprovando as instruções a que se refere o decreto n.142 de 11 de janeiro que cria a intendência médico-legal a alienados, e nomeado diretor geral dessa nova repartição do dr. João Carlos Teixeira Brandão”. Mesmo sem grande alarde, a criação da “nova repartição” não passou em branco nas páginas dos jornais da época.

A instauração da república desanexou o hospício da Santa Casa de Misericórdia e criou a Assistência Médico-legal a Alienados da qual faria parte, como veremos adiante, outros estabelecimentos. Nesse sentido, um esforço de “intuição”⁵⁷ talvez nos possibilite “imaginar”⁵⁸ que essa grande mudança tenha sido marcada por algum tipo de evento mais ou menos solene que, além da função ritual de dar posse aos novos membros, teria a função prática de propiciar a todos os membros da nova hierarquia a oportunidade de se conhecerem e reconhecerem como tais.

⁵⁶ Com o Decreto nº 155-B, de 14 de janeiro de 1890 considerava “que cada pátria deve instituir [...] festas segundo os laços especiais que prendem os seus destinos aos dos demais povos”. Em sua busca por legitimidade, o novo regime estabeleceu duas categorias de festas: as relacionadas à fraternidade nacional e às relacionadas à fraternidade universal. O Carnaval não figurava no calendário festivo da República. Nesse sentido, se o novo regime não necessitava do Carnaval para consolidar sua legitimidade, o contrário também se aplicava. Para uma análise que considera a oficialização das datas festivas como uma estratégia republicana para a construção de sua memória, Cf. Lúcia Lippi de OLIVEIRA. “As festas que a República manda guardar”. In: **Revistas Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol.2, Nº4, 1989.

⁵⁷ Ao discorrer sobre as especificidades do paradigma indiciário, Carlo Ginzburg afirma que “ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo [...] elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição”. _____ P.179

⁵⁸ Sobre a relação que o historiador pode estabelecer com algumas sutilezas de determinadas documentações, Yonissa M. Wadi sugere o seguinte: “Um outro sinal mais sutil é a menção de Pierina, em uma de suas cartas, de que se dava ‘muito com as empregadas’, talvez porque desempenhasse tarefas que a estas cabiam. Isto não é evidência de nada, mas certamente, não deixa de aguçar os sentidos e a imaginação histórica”. Dessa forma autora defende a imaginação como um recurso para a análise: “A conjugação destes documentos permitiu a visualização, clara por vezes, em outras através da imaginação histórica, das terapêuticas aplicadas aos internos”. _____, “Médicos e loucos no sul do Brasil: um olhar sobre o Hospício São Pedro de Porto Alegre/RS, seus internos e as práticas de tratamento da loucura (1884-1924)”. **Asclepio. Revista de História de la Medicina y de la Ciencia**, Vol. LX, jul.- dec., 2008. P44.

Assim, se nos for permitido imaginar a existência de um ato formal de posse, eram esses os que, esquivando-se dos cordões, das patuscadas e das súcias de polichinelos, zé-pereiras e arlequins, caminhavam em pleno sábado de Carnaval para formar a equipe laica⁵⁹ da nova Assistência a alienados: Aristides Benito Sá, dentista; Plínio de Freitas Araújo, secretário; Rufino José da Cunha, cobrador; Olympio Sobral de Azeredo Coutinho, responsável pelo serviço de correio; Pedro Dias Carneiro, médico e Joaquim Barroso da Costa Braga, segundo escriturário. Eles foram os primeiros que tomaram seus postos no arcabouço administrativo da nova Assistência Médico-Legal de Alienados. Dentre os que naquele momento se tornavam colegas na nova administração, podemos afirmar que dois já eram velhos conhecidos, Joaquim Barroso da Costa Braga e Pedro Dias Carneiro. Mas isso requer um esclarecimento particular.

No dia 7 de dezembro de 1869, Pedro Dias Carneiro, natural da província do Maranhão e “filho legítimo” do Coronel Francisco Dias Carneiro e de D. Francisca de Carvalho, apresentou à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a tese *Tratar do reumatismo articular agudo e de sua freqüência com o reumatismo visceral*⁶⁰. Sobre esse período, os dados biográficos não são muito generosos. Sabemos, contudo, que na época em que defende a tese, seu pai havia falecido. Assim, o orgulho pela conquista é compartilhado com a mãe, D. Francisca, para quem pede a “benção para que com resignação e carinho possa prosseguir na espinhosa carreira que [...] [acabava] de encetar”. Dedicar à mãe as glórias futuras “se alguma [...] lhe vier”⁶¹. Era chegado o momento do maranhense Pedro Dias Carneiro, após seis anos nos bancos da Faculdade de Medicina, buscar uma posição na corte. Mas para isso teria que antes percorrer os espinhosos caminhos da carreira que se iniciava.

Se estivéssemos na Corte do Rio de Janeiro em meados do século XIX e, por algum infortúnio, necessitássemos de um médico e não conhecêssemos nenhum, bastaria ter em mãos o *Almanak administrativo, mercantil e industrial da*

⁵⁹ Como já dito, uma das mudanças consistia em desanexar o hospício da Santa Casa de Misericórdia.

⁶⁰ Pedro Dias Carneiro. **Tratar do reumatismo articular agudo e de sua freqüência com o reumatismo visceral**. Rio de Janeiro: Typographia do Apostolo, 1869. Era comum à época que as teses de doutoramento da Faculdade de Medicina tivessem dados da origem dos alunos.

⁶¹ Idem.

Corte e Província do Rio de Janeiro. Vulgarmente chamado de *Almanak Laemmert*, por ter sido fundado pelos irmãos Eduardo e Henrique Laemmert em 1844, sua utilidade seria, segundo os editores, “tão indispensável como, na vastidão dos mares, é a bússola ao marítimo”⁶². Se a ausência de rumo pode fazer o historiador naufragar num mar de documentos⁶³, nada como uma bússola para nos orientar até um porto mais ou menos seguro. Zarpamos, assim, pelas páginas do *Almanak Laemmert* em busca de informações sobre a vida profissional de Pedro Dias Carneiro⁶⁴.

Após um período obscuro, o médico aparece em 1873, na esquina das ruas São José com a do Carmo, região central da Corte. Não sabemos se residia ali ou somente atendia seus pacientes. No ano seguinte ele nos escapa novamente, voltando em 1875 quando atendia não somente na Rua Real Grandeza, como também no Serviço Sanitário do Hospício de Pedro II, na função de médico adjunto. Três anos depois foi promovido, se tornou médico responsável pelos Facultativos Clínicos do Serviço Sanitário do hospício. Nesse período mudou várias vezes o endereço de onde atendia seus clientes particulares. Da Rua Real Grandeza, partiu em 1876 para a Rua Marques de Abrantes nº10. Em 1878 instalou-se na Rua da Passagem, nº35. Dois anos depois, em 1880, na Rua Voluntários da Pátria e, finalmente, em 1887, retornou à Rua da Passagem, dessa vez para o número 15-b.

Em 1884 encontramos pela primeira vez, juntos, Pedro Dias Carneiro e Joaquim Barroso da Costa Braga. Nesse ano, como sabemos, o médico trabalhava no Serviço Sanitário do Hospício Pedro II. Por sua vez, Joaquim aparece como 2º escriturário do Serviço Administrativo do mesmo estabelecimento, substituía José Antônio Ferreira Guimarães. Sobre o 2º escriturário sabemos que em 1886 residiu na Rua General Polydoro e que foi condecorado como Cavaleiro da Ordem da

⁶² Eduardo e Henrique LAEMMERT. “Advertência dos editores”, *In: Almanak Laemmert*, 1844, p.III-IV. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1844/00000004.html>, último acesso em 18 de dezembro de 2011. Trata-se do primeiro ano do almanaque.

⁶³ Cf. Ângela de Castro GOMES. “Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados”. *In: Revista Estudos históricos*. Vol.11, Nº 21, 1998, p.125.

⁶⁴ Consultamos o período entre os anos de 1870 e 1889. Nos volumes, entre outras seções privilegiamos duas, “Profissões” e “Hospitais”.

Rosa⁶⁵. Alguns anos depois, em 1889, seu endereço era a Praia da Saudade, nº16, uma das casas do Hospício de Pedro II destinadas a seus funcionários⁶⁶.

O primeiro dia do carnaval de 1890 marcava uma nova fase para esses dois homens. Provavelmente isso não acarretou grandes mudanças nas rotinas do médico e do escriturário. Para eles as mudanças talvez tenham se restringido à esfera nominalista, uma vez que o Hospício de Pedro II, além de desanexo da Santa Casa de Misericórdia, passou a se chamar Hospício Nacional de Alienados. Ademais, a nova Assistência Médico-legal de Alienados reuniu, além do hospício, o Museu Anatomo-patológico e as Colônias de São Bento e Conde de Mesquita, dois antigos asilos de mendicidade, localizadas na Ilha do Governador⁶⁷.

Através da Portaria de 15 de setembro de 1893, Pedro Dias Carneiro deixou o Hospício Nacional de Alienados e assumiu o lugar de secretário da Assistência⁶⁸. A mesma portaria promoveu Joaquim Costa Braga à condição de primeiro escriturário. O já experiente médico Pedro Dias Carneiro iniciava uma nova e breve fase, na administração. No fim do mesmo ano, Joaquim foi promovido a escriturário da Inspeção Geral da Assistência e Pedro Dias Carneiro voltou ao hospício, dessa vez como diretor⁶⁹.

Alguns anos se passaram até que, em um dia de trabalho como outro qualquer, em meio às funções que lhe absorviam tempo e energia, Dias Carneiro recebeu a notícia da morte de Joaquim Barroso da Costa Braga. A Ordem da Rosa perdia um cavalheiro, a assistência perdia um funcionário, o diretor do Hospício Nacional de Alienados perdia um velho companheiro.

⁶⁵ Era comum que os profissionais que anunciavam seus serviços no *Almanak Laemmert* divulgassem as comendas oficiais que haviam recebido. O Cavaleiro estava na base da hierarquia da Imperial Ordem da Rosa que incluía, em ordem crescente, Oficial, Comendador, Dignatário, Grande Dignatário, Grã-Cruz.

⁶⁶ Essas informações sobre Joaquim da Costa Braga também foram adquiridas nas edições consultadas do *Almanak Laemmert*.

⁶⁷ O decreto 206, de fevereiro de 1890, criou a Assistência Médica e Legal de Alienados, um mês depois de o Hospício ser desanexo da Santa Casa e passar a ser subordinado à administração pública. Cf. Cristiana FACCHINETTI *et al.* “No labirinto das fontes do Hospício Nacional de Alienados”. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, Vol. 07, suplemento 2, dez. 2010.

⁶⁸ Arquivo Nacional, *Série Saúde*, *IS² 6, Diretoria do Interior/ 2ª Seção/ Assentamentos de Empregados/ Assistência Médico-Legal de Alienados, fl.28. Trata-se de um livro de 100 folhas com informações dos funcionários superiores da Assistência com os seguintes itens organizados em colunas: “Nomes”; “Datas das nomeações”; “Posse”; “Vencimentos”, dividida em “Ordenado” e “Gratificação”; “Leis que autorizam”; “Licenças”; “Observações”.

⁶⁹ Idem.

Poucas semanas depois surgiu Oscar Adolpho da Costa Braga, para quem a morte de Joaquim, ocorrida em 10 de março de 1896⁷⁰, provavelmente representou uma perda ainda mais singular e dolorosa. O personagem ao qual destinamos essa seção tomou posse em 28 de março no lugar deixado vago após a morte de seu pai. Oscar, que era escriturário da Secretaria, passou a ocupar o lugar de escriturário da Inspeção Geral da Assistência⁷¹.

Em 3 de abril de 1899 Oscar foi nomeado almoxarife do Hospício Nacional de Alienados⁷², trabalharia com Pedro Dias Carneiro. Não sabemos se esse foi o primeiro encontro entre eles, mas é provável que ele tenha sido agradável para ambos. Não é difícil imaginar o quanto a saudosa memória de Joaquim tenha contribuído para que, entre o filho e o antigo companheiro, se criasse uma afinidade que ultrapassava as rígidas fronteiras entre superior e subordinado.

Dados mais precisos nos aproximam de Oscar nesses primeiros dias no novo serviço. Após assumir o lugar de almoxarife, ele passou a morar na mesma casa que fora ocupada por seu pai, no nº 16 da Praia da Saudade⁷³. Em seguida realizou algumas mudanças no Hospício Nacional de Alienados, sendo uma das mais insólitas a criação de porcos⁷⁴. Talvez acreditasse que, assim como o que ocorria na chácara anexa, que produzia hortaliças⁷⁵, o hospício poderia economizar com carne suína. Ficou responsável também pelos cães que vigiariam

⁷⁰ Idem, fl.28.

⁷¹ Idem, fl.3.

⁷² *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Epitácio Pessoa, Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores em março de 1900*, pg. 289. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2318/000002.html>, último acesso em 20 de dezembro de 2011. O relatório do ministério da justiça e negócios interiores de 1899 e 1900 informa que “por portaria de 3 de abril de 1899” foi exonerado Gabriel Cerqueira de Carvalho, do lugar de almoxarife. Na mesma data foi nomeado Oscar Adolpho da Costa Braga

⁷³ Arquivo Nacional, *Série Saúde*, IS³ 22. Despacho de 03 de fevereiro de 1902: comunicando o roubo de roupas ocorrido no HNA em 27 de janeiro. Encaminhado ao ministro por Pedro dias Carneiro.

⁷⁴ Em 10 de fevereiro de 1903, o almoxarife Euzébio de Queiroz Mattoso Maia, em resposta aos questionamentos do diretor do HNA, Antonio Dias Barros, sobre a criação de porcos naquele estabelecimento informa que “a criação de porcos foi instalado pelo meu antecessor Oscar Adolpho da Costa Braga, há quatro anos aproximadamente”. Cf. Arquivo Nacional, *Série Saúde*, IS³ 23. Relatório do Diretor do Hospício encaminhado ao ministro da Justiça e Negócios Interiores em 15 de fevereiro de 1903.

⁷⁵ Arquivo Nacional, *Série Saúde*, IS³ 21. *Relatório do Hospício Nacional de Alienados 1889*, fl.16. No ano de 1889 “a chácara [...] [onde trabalhavam] 2 empregados produziu para uso dos doentes: 483 quilos de batatas (inglesa e doce), 241 abóboras, 8.082 quilos de verduras, sendo: couves, bertalha, alface, azedinha, cebolinha, [ilegível], hortelã, cenouras, chicória, aipim, pimentões, pimenta e tomates”.

a área de lavanderia. Algumas funções administrativas também eram desempenhadas pelo almoxarife, algo que talvez contasse para denotar sua competência, ainda que contrariasse o regulamento da Assistência⁷⁶.

O desempenho demonstrado por Oscar conquistou de vez a estima e a confiança do diretor a ponto deste não se furtar em fazer efusivos elogios ao almoxarife: “Nos diversos serviços da Administração, a atividade de inteligência, zelo e competência do atual Almoxarife concorreram poderosamente para o bom andamento desse serviço”⁷⁷. Cabe destacar que esse foi o único elogio individual em todo o relatório. E assim a vida seguia em frente.

Essa situação de aparente tranquilidade e harmonia foi alterada por completo no início de 1902. Um desfalque veio à tona e o acusado era Oscar da Costa Braga. Na edição de 2 de fevereiro de 1902, o *Jornal do Commercio* publicou uma grande reportagem que denunciava a persistência do “lamentável estado a que foi reduzido o Hospício Nacional de Alienados”⁷⁸. A reportagem destaca o agravamento dos “estragos materiais” observado com o tempo. Entretanto, o foco central da reportagem não era o aspecto material do hospício e sim o desfalque efetuado pelo almoxarife.

Segundo a denúncia, o desfalque era “consequência da má administração” de Pedro Dias Carneiro, descrito como um homem frágil e incapaz de exercer uma “fiscalização devida” sob as atividades administrativas. “Bonomia natural, idade avançada, padecimentos físicos e confiança quase cega” em seus subordinados compunham o perfil do diretor, que, “afadigado com o peso dos seus 30 anos de serviço”, facilmente “abdicava de si mesmo e de suas responsabilidades em favor alheio”. A vulnerabilidade apresentada por Carneiro teria permitido que, aos

⁷⁶ Cf. Decreto N. 2467 de 19 de fevereiro de 1897. Veremos mais adiante os detalhes dessa extrapolação de competência e seus reflexos.

⁷⁷ Arquivo Nacional, *Série Saúde*, IS321. *Relatório do Hospício Nacional de Alienados*, documento não paginado. Assinado por Pedro Dias Carneiro em 20 de fevereiro de 1900.

⁷⁸ O episódio teve grande repercussão na imprensa e seria exaustivo inventariar todos os jornais que se ocuparam de sua cobertura. Como exemplo podemos citar a *Gazeta de Notícias*, que em sua edição do dia 13 de fevereiro de 1902 publicou que “o desfalque descoberto por mero acaso no caixa do Hospício de Alienados fez surgir contra a direção dessa casa graves acusações, que, aliás, o modo porque se deu o desfalque não deixa de justificar”. No dia seguinte o jornal *A Notícia* sugeriu a necessidade de se sanar os males do hospício pela “raiz” através de uma “reforma radical”. Seria necessário, inclusive, “abrir um inquérito que apurasse a responsabilidade dos delinquentes”. Privilegiaremos, contudo, o artigo do *Jornal do Comércio* por considerá-lo o que oferece mais subsídios para nossa análise.

poucos, o almoxarife se tornasse o diretor “de fato” do serviço administrativo: “Ele se entendia diretamente com os fornecedores; nomeava e demitia empregados; recebia e despachava os inspetores do serviço do hospício; em suma, [...] Oscar Braga era o alter ego do Dr. Dias Carneiro”.

A facilidade em “captar a confiança do diretor” seria fruto do “tino” de Oscar, além do fato de ser ele filho de um já falecido escriturário do Hospício. Quanto ao desfalque, teria sido descoberto por obra do “acaso”:

“Tendo que prestar informações ao Sr. Ministro do Interior acerca do produto dos alugueis dos prédios do hospício, [Carneiro] pediu essas notas ao almoxarife, e como ele não lhe as prestasse com a prontidão necessária, foi ao cofre, para verificar pessoalmente, tendo então a surpresa de encontrar os invólucros violados e quase vazios.”⁷⁹

Mesmo comprovado o desfalque, o “funcionário delinquente” não foi punido. Considerado “irresponsável” devido a uma “perturbação mental”, o almoxarife foi afastado do cargo. Talvez por temer que episódio se encaminhasse para um desfecho ainda mais desfavorável para Oscar, sua família conseguiu ressarcir a “importância total do dinheiro subtraído”. O jornal não levantou dúvidas acerca da “insanidade” do ex-almoxarife e chegou, inclusive, a descrever um curioso episódio que a confirmaria.

Assim que o desfalque veio à tona, Oscar foi recolhido à Repartição Central da Polícia para prestar esclarecimentos. Durante a noite, após um dia de forte calor, o ex-almoxarife, percebeu que os agentes que deveriam vigiá-lo, bem como aos demais detidos, “dormiam a sono solto”. Astuto, seguiu em direção à rua, tomou “um tálburi que passava” na hora e ordenou “calmamente” ao cocheiro que seguisse para sua casa, localizada na rua da Piedade, no bairro de Botafogo⁸⁰. Com grande “espanto” foi recebido pela família e tratou de explicar-se, dizendo que ali estava com o intuito apenas de se banhar e tomar um café.

Após satisfazer suas vontades, tomou outro tálburi “mandando que o cocheiro seguisse para a Central”. Interceptado por agentes que a essa hora já

⁷⁹ *Jornal do Commercio*, 2 de fevereiro de 1902. O regulamento do Hospício Nacional de Alienados, definido pelo decreto Nº. 3.244 de 29 de março de 1889 determinava em seu art.30, cláusula VIII, a apresentação anual das ocorrências técnicas e administrativas do estabelecimento ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

⁸⁰ Aqui aparece uma informação distinta dos registros oficiais que indicam a Rua Marques de Abrantes como endereço de Costa Braga.

havia dado pela sua falta no cárcere, foi reconduzido à Repartição Central da Polícia sob a acusação de ser um fugitivo. Os agentes não acreditavam no seu retorno voluntário à repartição. Segundo a versão da guarnição de serviço aos seus superiores, ao determinar que o cocheiro seguisse para a Central, o ex-almoxarife se referia à Estação Central da Estrada de Ferro, na qual embarcaria num trem para “fugir da ação da polícia”. Por fim o periódico considerou que o episódio era “bem expressivo para provar qual o estado de espírito do ex-almoxarife”⁸¹.

O almoxarife foi “exonerado a bem do serviço público por Portaria de 24 de janeiro de 1902”⁸². No mesmo dia deixou a casa pertencente ao Hospital Nacional de Alienados e mudou-se para a rua Marques de Abrantes. Como sabemos, levou consigo os cães. Por certo, levou também as lembranças dos anos dedicados à administração do hospício, dos colegas e dos amigos. Muito provavelmente entre os últimos não mais figurava Pedro Dias Carneiro.

Através da trajetória de Oscar da Costa Braga, encontramos um caminho que nos permite compreender a crise não somente como um divisor de águas, mas pelo prisma de seu próprio desenvolvimento. A história de indivíduos que, como o ex-almoxarife, não promoveram conscientemente mudanças no alienismo, se torna importante na medida em que evidencia como a assistência a alienados se estrutura por variáveis políticas, culturais e históricas.

2.3

João

Quarta feira, 25 de dezembro de 1889. *A Tribuna Liberal*, fundada há apenas um ano, tinha sua circulação proibida. Era o segundo, e talvez mais profundo golpe sofrido por Antonio de Medeiros, proprietário do periódico, em

⁸¹ *Jornal do Commercio*, 2 de fevereiro de 1902.

⁸² Arquivo Nacional, *Série Saúde*, *IS² 6, *Diretoria do Interior/ 2ª Seção/ Assentamentos de Empregados/ Assistência Medico-Legal de Alienados*, fl.41. Numa aparente confusão de datas, o relatório ministerial de 1902 informa que Oscar Adolpho da Costa Braga foi demitido no dia 27 de janeiro de 1902, sendo na mesma data nomeado Euzébio de Queiroz Mattoso Maia para a vaga de almoxarife. Cf. Relatório no MINISTRO DA JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES 1901 E 1902, p. 197. Documento apresentado ao Presidente da República pelo Ministro Sabino Barroso Junior em março de 1902, disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd>, último acesso em 22 de julho de 2011.

menos de três dias. No dia 23 havia sido demitido da *Imprensa Nacional*, órgão oficial há pouco mais de um mês sob o controle da República. Tanto a demissão de Medeiros quanto o silêncio na oficina do seu jornal tinham como justificativa a nova Lei da Imprensa instituída pelo Governo Provisório. Para muitos, o regime recém-instaurado agia sob o signo da censura, da vigilância e do terror⁸³.

Logo após a instauração da República, no dia 19 de novembro, o monarquista Afonso Celso, o Visconde de Ouro Preto, embarcava no navio alemão *Montevideú* em direção ao exílio. Muitos amigos e correligionários compareceram no momento do embarque para prestar-lhe homenagens. Em 30 de novembro, Carlos de Laet havia sido preso em sua casa e conduzido de bonde para prestar explicações à polícia. Caía sobre o jornalista a acusação de conspiração devido a seus artigos publicados n’*A Tribuna Liberal*.

Eram momentos de “efervescência da vida política”⁸⁴ e o que se considerava ser o “reino da força” logo cedeu lugar ao “reino do mais forte”⁸⁵. A insubordinação de um marujo embarcado no encouraçado *Parnaíba*, que se recusara a estiar o pavilhão imperial, foi punida com tiros fatais disparados por um oficial. Até mesmo um dos grandes militares do Império, Tomás Coelho, foi visto a pé e sem chapéu pela Rua do Ouvidor sob escolta de oitenta soldados. Havia sido preso após o motim no 2º Regimento de Artilharia, em São Cristóvão, sob a acusação de ser um de seus inspiradores⁸⁶.

Em 23 de dezembro de 1889, uma comissão militar instaurava o Decreto 85-A, que seria a salvaguarda legal para que a República pudesse perseguir seus opositores. Segundo o decreto, apelidado de *decreto rolha*, eram considerados conspiradores “todos aqueles que derem origem a falsas notícias e boatos

⁸³ Cf. FREDERICO DE S. (Eduardo Prado). *Fastos da ditadura militar no Brasil*. Portugal: 1889. A comparação do autor indica bem essa última consideração: “Os terroristas franceses apoiavam-se no concurso dos Clubes e das Seções; os jacobinos militares do Brasil recebem o aplauso dos sectários rancorosos e dos seus prosélitos da última hora”, p.43, *apud* João Quartim de MORAES. “O poder constituinte e a força”. IN: **Estudos Avançados**, vol.3, n.7, pp. 67-86. Convém destacar que tomamos o *Fastos...* menos por sua parcialidade (o que seria, no mínimo, imprudente, devido à sua natureza abertamente monarquista) do que pelas acrimoniosas críticas dirigidas ao novo regime. Dessa forma, oferece uma dimensão do polarizado cenário político do período.

⁸⁴ Cf. Lúcia Lippi de OLIVEIRA. *Op. Cit.* P.

⁸⁵ João Quartim de MORAES, *op. cit.*, p.68.

⁸⁶ FREDERICO S. (Eduardo Prado). *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*. *Apud* Francisco de Assis BARBOSA. **A vida de Lima Barreto (1881-1922)**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora; Brasília: INL-MEC, 1975. p.26

alarmantes dentro ou fora do país ou concorrerem pela imprensa, por telegrama, ou por qualquer modo pô-los em circulação”⁸⁷.

Não é difícil imaginar as reações que o decreto provocaria na imprensa, ou ao menos em significativa parte desta. Um exemplo sintomático foi o artigo “Liberdade de Imprensa”, de Miguel Lemos, publicado três dias depois da entrada em vigor do *decreto rolha*. Nele o diretor do Centro Positivista do Brasil afirmava que ao governo, “cumpre-lhe respeitar em sua máxima plenitude a livre manifestação de qualquer opinião”. Nesse sentido, o decreto foi um “grave erro que, desviando dos republicanos as simpatias públicas, vai emprestar aos nossos adversários uma aureola de perseguição que eles não merecem”⁸⁸. Convém notar que Lemos, longe de ser um “subversivo da República”⁸⁹, era, antes, um de seus maiores entusiastas.

Ainda que estruturada em um gabinete provisório, a República era uma realidade. Nesse cenário político, o personagem central dessa seção, João Henriques Lima Barreto, não poderia ser considerado um partidário do novo regime, tampouco um subversivo. De mais a mais, sua função na *Tribuna Liberal* não se definia pelo ataque ao governo. Era um tipógrafo que tinha seu nome vinculado apenas à inocente edição brasileira do *Manual do Aprendiz Compositor*, do tipógrafo francês Jules Claye. O mais ousado que se pode encontrar nesse livro por ele traduzido são as adaptações das lições que tomavam como referência poesias originalmente escritas em língua portuguesa, em vez da simples tradução. Ainda assim, o “modesto correligionário” do Partido Liberal era vigiado bem de perto⁹⁰.

Pouco antes da instauração da República, as atividades de João n’A *Tribuna Liberal*, órgão dos monarquistas, serviram de munição para um descontente colega da *Imprensa Nacional*. Este encaminha uma carta ao Conselheiro Rui Barbosa, jornalista que então liderava uma campanha contra o

⁸⁷ Cf. <http://www6.senado.gov.br/legislacao/DetalhaDocumento.action?id=66072>. DECRETO N. 295 - DE 29 DE MARÇO DE 1890 Consultado em 11 de abril de 2011.

⁸⁸ Cf. *Jornal do Commercio*, 26 de dezembro de 1889.

⁸⁹ Cf. Maria de Lourdes JANOTTI. **Os subversivos da República**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986. A autora destaca a importância das manifestações restauradoras promovidas pelos monarquistas bem como a resistência do Estado Republicano que lançou mão de amplo aparato repressor.

⁹⁰ Francisco de Assis BARBOSA, *op. cit.* p.21.

Visconde de Ouro Preto⁹¹. O tom é de franca delação e o argumento é assim organizado:

“[...] 1º) o Sr. Lima Barreto foi encarregado de montar as oficinas da Tribuna Liberal, sendo para isso dispensado de horas e até dias de serviço da Imprensa Nacional, e para ocupar o lugar de paginador da mesma oficina, como tem sido até aqui, foi também sempre dispensado nas oficinas do Estado uma hora de antes ali findar o trabalho pelo regimento da casa. 2º) Tanto o Sr. Lima Barreto deveria receber essa recompensa, que dias antes de ser chamado ao Sr. Visconde de Ouro Preto para organizar o gabinete de junho, já o Sr. Galvão estudava o projeto de reforma, há menos de um mês publicado, que elevava os vencimentos do chefe de composição de 250\$ a 300\$ mensais. 3º) Que não sendo esse o único que deve ser recompensado pelos serviços prestados à Tribuna Liberal, também a referida reforma elevou de 4:200\$000 os vencimentos do ajudante de administrador, com a declaração de que para este lugar só poderia ser nomeado quem tivesse habilitações técnicas comprovadas, tanto quer dizer quem provar que já ali esteve exercendo quase esse lugar de fato, ou para melhor quem se chamar Antonio Medeiros, que daí saiu com licença dada pelo conselheiro João Alfredo, para, contra o exposto no Código Comercial, ser sócio solidário do Sr. Visconde de Ouro Preto na Tribuna Liberal. O Sr. A. J. Cardoso Pereira de Barros, que atualmente exerce o encargo de administrador ajudante suspira há muito tempo pela sua aposentadoria, e esta ser-lhe-á dada; quando estiver para efetuar-se a mutação à vista da retirada do atual gabinete, para então receber a recompensa prometida ao Sr. Medeiros, que logo que se organizou o atual Ministério, pediu demissão do lugar que exercia na Imprensa Nacional (licenciado pelo Sr. João Alfredo), para não ficar sendo subalterno e sócio solidário do Sr. de Ouro Preto. E se assim não fosse, como se explicaria a elevação dos vencimentos desses dois lugares e de outros protegidos, e o ter ficado na mesma o chefe da revisão, que é também liberal e muito distinto, de merecimentos literários e reconhecida probidade? – É porque esse não entrou na organização da Tribuna e parece não andar por lá em cheiro de santidade.”⁹²

É possível notar que a ira do delator não se apoiava em convicções republicanas, mas, antes, no que acredita ser uma imprópria solidariedade entre os camaradas d’A *Tribuna Liberal*. A *Imprensa Nacional* havia se transformado, assim, em um local onde os protegidos, ainda que competentes, desfrutavam das benesses concedidas pelo Sr. de *Ouro Preto*. Notável também a estratégia do

⁹¹ Idem, p.27. A campanha provavelmente somou pontos para sua indicação pelo governo republicano ao lugar até então ocupado pelo próprio Ouro Preto no ministério da fazenda.

⁹² *Apud* Francisco de Assis BARBOSA *op. cit.* P. 27-29, grifos do original. Segundo Barbosa esse documento se encontra no arquivo de Rui Barbosa e foi disponibilizado pelo diretor da Casa de Rui Barbosa no período da pesquisa para o livro. A queixa não é datada nem assinada, mas ocorreu entre setembro e 15 de novembro de 1889. Em dado momento, é citada a reforma do *Regulamento, Instruções e Regimento Interno para a Imprensa Nacional*, ocorrida em setembro.

delator em escolher Rui Barbosa como seu destinatário. Naquele momento o diretor do *Diário de Notícias* investia a todo vapor contra o Ministério Ouro Preto.

Se adotarmos brevemente a lógica proposta pelo queixoso missivista e seguirmos a hierarquia da “santidade” organizadora d’A *Tribuna Liberal*, encontraremos três alvos: Visconde de Ouro Preto, Antonio de Medeiros e João Henriques de Lima Barreto. A instauração da República por certo encheu o delator de satisfação. Os alvos caíam um a um. O *Sr. de Ouro Preto* havia sido demitido, preso e exilado. Antonio de Medeiros foi demitido da *Imprensa Nacional* e teve sua folha fechada. Era chegada a vez de João Henriques de Lima Barreto.

No dia santo de 25 de dezembro João perdeu seu posto com o fechamento da *Tribuna Liberal*. Parecia não haver lugar para o “cheiro de santidade” no novo regime que tanto exaltava as virtudes de uma virada laica. A situação se tornou desconfortável para o monarquista, viúvo e pai de quatro filhos que passou a contar somente com os proventos de uma agora republicana *Imprensa Nacional* entregue à direção de Rui Barbosa. Não tardou para que começassem a circular por entre as prensas cochichos e boatos sobre uma suposta lista negra que continha o nome de João. Segundo relato posterior, assim reagiu o mestre de composição ao mexerico:

“- [Meu nome em uma lista negra?] Ora essa, por quê?

- Você não é monarquista? Não foi ao bota-fora de Ouro Preto? Não foi?

- Sim. Sou monarquista. Fui ao embarque de Ouro Preto. O que é que tem isso?

- Tem que você vai ser demitido. O Rui Barbosa vai demiti-lo, talvez hoje mesmo.

João Henriques não vacilou. Tirando o paletó, respondeu ao colega intrigante:

- Pois não terá esse gosto. Eu mesmo peço demissão.”⁹³

O comportamento de João sugere uma altivez que talvez denotasse o zelo por seu orgulho, a fidelidade às convicções monárquicas ou mesmo a certeza de

⁹³ Idem, p.29-30. Trata-se do relato de Evangelina de Lima Barreto, filha de João Henriques.

um iminente remédio ao impacto financeiro que essa atitude causaria. Nunca saberemos ao certo o que o motivou nessa decisão, mas sabemos que ele encontrou solução para esse imbróglio. Um mês depois de deixar a *Imprensa Nacional* o monarquista ironicamente encontrava emprego na reforma republicana para a assistência a alienados: havia sido nomeado para o lugar de escriturário das Colônias de Alienados⁹⁴. A oportunidade surgiu “graças à boa vontade de Cesário Alvim, então no Ministério do Interior”⁹⁵. Cabe-nos, porém, perguntar: a que se devia essa “boa vontade” do ministro?

No início da década de 1870 ele trabalhava na oficina do periódico *A Reforma*. Havia pedido as contas no emprego anterior, o *Jornal do Commercio*, possivelmente por se sentir injustiçado: em seu lugar, um colega que julgava menos competente havia conseguido uma promoção. No novo trabalho, entretanto, o jovem tipógrafo não tardou a “conquistar a estima e confiança” de seus superiores. Fundada em 1869, *A Reforma* era dirigida por Francisco Otaviano, Afonso Celso e Cesário Alvim⁹⁶.

Como sabemos, tanto Afonso Celso quanto Cesário Alvim teriam uma importância significativa na vida de João Henriques. O visconde de Ouro Preto se tornou padrinho de casamento e de seu primeiro filho o qual, inclusive, recebeu em sua homenagem o nome de Afonso. Entre João e Cesário, se não existiu compadrio, podemos considerar que, no mínimo, mantiveram uma boa relação. Condição esta que, passados vinte anos, explica o socorro do ministro ao antigo companheiro de militância e colega d'*A Reforma* quando este se encontrou em apuros.

Em meados de março de 1890 houve a mudança para a Ilha do Governador, sede das novas colônias de alienados. João foi sozinho, separou-se dos filhos para que eles não interrompessem os estudos. É possível que tenha se informado que a região não oferecia muito acesso ao cultivo das primeiras letras. O funcionário da colônia encontraria, contudo, entre os novos vizinhos alguns decididos a tomar “a peito as necessidades mais palpitantes” daquela freguesia.

⁹⁴ Cf. “Sinopse Cronológica”, in: BARBOSA, *op. cit.* Informação confirmada em Arquivo Nacional, *Série Saúde*, *IS²⁵, *Assistência Médico-legal de Alienados/ Directoria do Interior*, fl.29.

⁹⁵ BARBOSA, *op. cit.*, 38

⁹⁶ *Idem*, p.6.

Entre as principais insatisfações estava a falta de escolas⁹⁷. Consideravam “realmente doloroso crescer uma população completamente analfabeta a 10 quilômetros da capital da república”⁹⁸.

No ano seguinte a família se reuniu novamente, possivelmente devido à saúde, uma vez que nada indica que tenha havido uma melhoria na oferta de educação na Ilha. Com a exceção de Afonso, o mais velho, que iniciaria estudos sob o regime de internato no Liceu Popular Niteroiense⁹⁹, João teve novamente os filhos ao seu redor. Aqui existe a possibilidade das coisas terem ficado mais tranquilas e que com o calor familiar o escriturário tenha se habituado à nova fase de sua vida na Ilha do Governador.

Segundo a descrição de um artigo publicado no jornal local *O Suburbano*, dois grandes edifícios constituíam as Colônias de Alienados, São Bento e Conde de Mesquita¹⁰⁰. O primeiro era o antigo Convento da Ordem dos Beneditinos que devido a suas maiores dimensões virou sede da diretoria. Nele encontrava-se, além do gabinete do diretor, a secretaria, o almoxarifado, o gabinete do médico, o refeitório do pessoal subalterno, o arquivo, os quartos dos empregados subalternos. A antiga sacristia deu lugar a uma farmácia e corpo da igreja, à rouparia. O cômodo contíguo à rouparia abrigava a alfaiataria, seguida do refeitório dos alienados, da dispensa, da copa e da cozinha. Um jardim circundava a fachada do edifício que se erguia em uma colina que oferecia:

“um dos mais lindos e variados quadros do [...] porto. Por um lado serras diversas estendem-se, circulando a baía; salteadamente destacam-se algumas ilhas [...]; do lado sul, vê-se com todos os seus recortes, deformidades e saliências, a grande capital da República brasileira. Também daí vemos, na quase totalidade, a Ilha do Governador.”¹⁰¹

⁹⁷ *O Suburbano* nº 4, 15 de abril de 1900. O jornal quinzenal era de propriedade de Antônio Hilário da Costa, Manoel Candido da Silva Castro, Antônio de Mattos Ferreira, Pio Dutra e se intitulava o “órgão dos interesses locais” da Ilha do Governador.

⁹⁸ *O Suburbano* nº7, 1º de junho de 1900.

⁹⁹ BARBOSA, *op.cit.*, p.39. Cabe ressaltar que esses estudos seriam custeados por Afonso Celso.

¹⁰⁰ A descrição das Colônias se apoia no artigo “Apontamentos para a história das Colônias de Alienados” assinada por Nemo e publicada em 1900 n’*O Suburbano*. No microfilme da BN faltam, entre outros, os números 14, 15. No número 16 está a continuação do artigo. Não sabemos se o início está no número 14 ou 15. O artigo vai até o número 18 e termina indicando uma continuação que não ocorre, ao menos no número 19, que é o último disponível d’*O Suburbano*.

¹⁰¹ NEMO, “Apontamentos para a história das Colônias de Alienados”. Artigo não paginado. *O Suburbano*, nº16.

Na parte sudoeste da ilha, distante aproximadamente dois quilômetros, ficava a colônia Conde de Mesquita na região conhecida como Ponta do Galeão. O prédio era considerado uma espécie de quinta seção das colônias, a área edificada contava com 37 metros de frete e 15 de fundo. A descrição seguia:

“à entrada principal do edifício destaca-se um espaçoso salão que serve de enfermaria, e dos lados existem duas salas que tem o mesmo comprimento, porém, menor largura, utilizadas como dormitório. Continuando para a esquerda, além do refeitório de empregados, há a rouparia e a casinha. No pavimento superior estão os quartos para alienados e empregados.”¹⁰²

O prédio tinha à sua frente inúmeras mangueiras e não apenas essa área, mas toda a Ponta do Galeão era forrada com uma rasteira vegetação composta de “capim grama”. A vista era privilegiada naquela “poção de terra” onde a “natureza esforçou-se em prodigalizar panoramas seguidos, variadíssimos, contempláveis”. A toponímia, por fim, sucede os superlativos.

“Defronte dessa colônia ficam, não só diversas ilhas, como também – no litoral do Distrito Federal – o porto de Maria Angu e o do Engenho da Pedra, do que resulta a constante navegação pelo canal compreendido entre a ponta dos Araçás, na Ilha do Fundão e a Ponta do Galeão.”¹⁰³

O autor do artigo nos oferece alguns panoramas a partir da Ilha do Governador. Em alguns momentos sua narrativa escapa à descrição das metragens miúdas dos jardins, fachadas e cômodos dos prédios para ganhar largos horizontes onde serras, ilhas, canais e portos se alternam como pontos de fuga em um cenário familiar: a cidade do Rio de Janeiro.

Panoramas como estes oferecem ao historiador uma rica metáfora do seu próprio trabalho¹⁰⁴. Nesse sentido, uma ampla bibliografia nos ajuda a compor um panorama histórico da ciência médica e da psiquiatria no Brasil da virada do século XIX para o XX. Cabe lembrar que, tal como é permitido em um panorama,

¹⁰² Idem. *O Suburbano*, nº17.

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ Aproprio-me do argumento de Margarida de Souza Neves em sua análise sobre a “febre de panoramas pictóricos e fotográficos que tomou conta do Ocidente no século XIX”. _____. “O desenho e o problema algébrico”. IN: **Panoramas**: a paisagem brasileira no acervo do Instituto Moreira Salles. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles; FAAP. 2011. p.23. Catálogo publicado por ocasião da exposição no IMS-RJ, de 3 de setembro a 13 de novembro de 2011, e na FAAP, em São Paulo, de 31 de março a 17 de junho de 2012.

nosso esforço até aqui se concentrou em escolher um ponto sob o qual pudéssemos ajustar o foco de análise. Ao aumentarmos o denominador de nossa escala, observamos melhor outros objetos que, ao se destacarem, evidenciam o complexo mosaico que é a Assistência Médico-legal a Alienados. Entretanto, não devemos esquecer que o ajuste da escala em história não é uma relação matemática tampouco oferece um resultado unívoco. Como nos explica Jacques Revel: “mudar as escalas de representação [...] não consiste apenas em representar uma realidade constante em tamanho menor, e sim em transformar o conteúdo da representação (ou seja, a escolha daquilo que é representável).”¹⁰⁵

Nessa perspectiva, nosso foco se volta para a Ponta do Galeão, especificamente para a rotina de trabalho de João Henriques de Lima Barreto. Em março de 1891 foi promovido a almoxarife das Colônias de Alienados, fato que denota que as coisas caminhavam com mais tranquilidade e que a competência e zelo que sempre credenciaram o antigo tipógrafo não estavam perdidos. Em seguida, o almoxarife se entregou ao trabalho com diligência uma vez que

“havia muito o que fazer, desde o simples controle de objetos entrados, da fiscalização da cozinha, da prestação de contas do dinheiro empregado na compra de gêneros [...]. Em tudo, a presença de João Henriques de fazia notar, pois tudo queria participar, de tudo queria estar a par: quantas calças, quantas camisas, quantas japonas fabricava o alfaiate; quantas portas consertava, quantas fechaduras colocava o carpinteiro, e assim por diante.”¹⁰⁶

Como se não bastassem as inúmeras atividades que deveriam ser cumpridas, o incansável almoxarife, que passou a contar com o auxílio de Zé da Costa, empregado subalterno, resolveu se dedicar ao cultivo da lavoura. Provavelmente sabia que o Hospício Nacional de Alienados tinha uma lavoura que produzia para consumo interno. Talvez ao considerar a área disponível tenha concluído que as Colônias poderiam não somente produzir para consumo próprio, como também vender. Em seguida, se lançou à empreitada.

¹⁰⁵ Jacques REVEL. **Jogos de Escala**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.20.

¹⁰⁶ BARBOSA, *op. cit.* p. 47.

O terreno, contudo, era arenoso, as ervas daninhas exigiam árdua capina e os formigueiros fervilhavam de saúvas ávidas por sementes e brotos. O almoxarife logo percebeu que a tarefa não seria nada fácil. As lavouras em seu redor definhavam¹⁰⁷ e o quadro geral era de abandono. Para avançar com o projeto, havia muito a fazer e a necessidade de mão de obra se tornou premente. A solução foi convocar os alienados para suprir a carência. O crescimento da área plantada foi rápido e em poucos anos todo o terreno da Colônia de São Bento foi utilizado segundo nos afirma o diretor Domingo Lopes Silva em 1900.

“Relativamente ao trabalho da lavoura, a que se entregam os doentes aptos a esse serviço, tenho a dizer-vos que por falta de terreno na Colônia S. Bento, cerquei parte do que existe na Conde de Mesquita e ali fizeram-se algumas plantações que tem sido aproveitadas uma parte na alimentação e outra vendida no mercado da cidade.”¹⁰⁸

Além de apontar os resultados que muito deviam à diligência de João, a citação reforça a noção já defendida de que “o trabalho em manicômios é tão antigo como o próprio manicômio”¹⁰⁹. Nesse particular, ao mesmo tempo em que eram aproveitados os frutos das lavouras, se ocultava a expropriação do fruto do trabalho realizado pelos doentes aptos a esse serviço. Há de se destacar também que o trabalho era visto como necessária ocupação do tempo livre, o que para quem estava encerrado em um manicômio significava praticamente todo o tempo¹¹⁰. Sobre o tema, Elizabeth Araújo Lima ressalta que:

“o trabalho não foi instituído como medida de sanidade mental somente no interior do asilo. A valorização e dignificação do trabalho eram bases para a construção de uma nova sociedade organizada em torno da produção capitalista [...]. A indicação do trabalho como medida terapêutica surge no bojo de reformas humanitárias, da busca de igualdade entre os homens, do surgimento da sociedade industrial e da transformação da loucura

¹⁰⁷ *O Suburbano* nº3, 1º de abril de 1900. Em artigo que reclama por infraestrutura na região, o autor afirma que “a pequena lavoura definha”. O tema reaparece no nº7 de 1º de junho de 1900.

¹⁰⁸ Arquivo Nacional, *Série Saúde*, IS³ 21. *Relatório das Colônias de Alienados da Ilha do Governador, 1900*. Documento não paginado. A produção na lavoura ofereceu neste ano as seguintes receitas: abr. 169,000; mai. 52,100; jun. 282,000; jul. 318,200; ago. 409,400; set. 172,400; out. 232,000; Nov. 773,600; dez. 80,000.. Os dados da tabela começam em abril.

¹⁰⁹ Benedetto SARACENO. **Libertando identidades**: da reabilitação psicossocial à cidadania possível. Belo Horizonte: Instituto Franco Basaglia/TeCorá, 1999. P.21.

¹¹⁰ Cf. *O Suburbano* nº 18, 15 de novembro de 1900. Em artigo já citado, Nemo chega a considerar “Limitadíssimo, relativamente, o numero de horas de trabalho que apenas atinge a 7 horas e meia em cada dia”.

em doença mental, que estavam em curso no final do séc. XVIII e início do XIX.”¹¹¹

A autora se refere às bases do tratamento moral proposto por Philippe Pinel para os alienados na França pós-revolucionária. As demandas da nascente sociedade industrial deixavam suas marcas nas formas de tratamento. Pinel chega a considerar que “a única garantia da manutenção da saúde, do bom comportamento e da ordem, é a lei de um trabalho mecânico, rigorosamente executado”. No Brasil, os hospitais psiquiátricos surgidos a partir da metade do século XIX, tinham como lastro as reformas executadas por Pinel. A especificidade da sociedade brasileira, contudo, contou para que o tratamento pelo trabalho se concentrasse no “cultivo da terra” e em atividades “com barro, couro e madeira”¹¹².

Ao utilizar a mão de obra dos alienados nas lavouras da Ilha do Governador, João recorria à uma prática há muito tempo aceita e valorizada. Convém destacar que, como almoxarife, ele não poderia justificar aquele trabalho como parte um tratamento clínico qualquer. Podemos intuir então que no Brasil do final do século XIX, os trabalhos realizados por alienados, mesmo aqueles destituídos de seu propósito terapêutico, era percebido como um fim em si mesmo.

Em 1893, por ocasião da Revolta da Armada, os marinheiros insurgentes ocuparam a Ilha do Governador¹¹³. João Henriques foi obrigado a deixar a Ponta do Galeão e, acompanhado dos filhos, mudou-se para “o Engenho da Pedra, litoral da Penha. Todos os dias, porém, ia à Ilha, levando comida para os duzentos doentes”¹¹⁴. As Colônias contavam com o serviço da lancha a vapor *Esquirol* que cruzava as águas da Baía de Guanabara¹¹⁵ e, todos os dias, trazia, além do médico,

¹¹¹ Elizabeth Araújo LIMA. “Oficinas e outros dispositivos para uma clínica atravessada pela criação”. In: **Oficinas terapêuticas em saúde mental: sujeito, produção e cidadania**. Clarice Moura COSTA; Ana Cristina FIGUEIREDO (orgs.). Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004. P.62-3.

¹¹² Idem, p.63.

¹¹³ A Revolta da Armada estourou, em 6 de setembro de 1893, na capital da República, e opunha a Marinha e o Exército, que se enfrentaram até março do ano seguinte.

¹¹⁴ BARBOSA, *op. cit.* p. 54.

¹¹⁵ Ao que parece, as Colônias chegaram a contar com três lanchas. Em 1892 o ministro da justiça afirma que “para os serviços das colônias cedeu-se uma das lanchas ultimamente recebidas da Europa com destino à Inspeção Geral de Higiene; além disso mandei efetuar alguns reparos na

“o pão, a carne fresca e outros artigos de indispensável consumo, que diariamente são comprados na capital”¹¹⁶.

Não sabemos ao certo até que ponto a rotina nas Colônias foi alterada durante a Revolta da Armada, mas os impactos na rotina de João foram significativos. Logo na primeira parte da manhã, após 45 minutos de travessia¹¹⁷, o almoxarife chegava ao litoral da Ilha para desembarcar o material trazido da cidade. Na chegada não havia porto ou ponte e o desembarque era feito na praia, o que tornava as coisas ainda mais difíceis. Anos depois, conforme somos informados por Domingos Lopes, diretor das Colônias, ainda não havia como aportar com tranquilidade. A persistência da situação tornara a obra:

“imprescindível, pois sabeis que, ao chegar a lancha à colônia, há necessidade de passar-se para um bote e deste, muitas vezes, nas marés baixas, para um carro de bois. Acresce que durante o verão à tarde, a arrebentação é tal que torna-se perigoso o embarque no bote. Ainda mais, nos dias em que chegam os gêneros para a despensa. Os alienados são obrigados a entrar no mar com água pela cintura para retirarem do barco a sacaria e outros volumes.”¹¹⁸

A diligência do almoxarife, às vezes em condições tão adversas, durante os primeiros anos na Assistência deixou seus superiores satisfeitos. Em 30 de dezembro de 1893 foi promovido a administrador¹¹⁹. Os elogios se tornaram mais constantes e o antigo tipógrafo parecia encontrar naquela nova carreira se não o estrondo do sucesso, pelo menos a tranquilidade da competência reconhecida.

Na juventude tentara ser médico, sonho que se esvaeceu em meio às obrigações de recém-casado e aos filhos que nasciam em carreira. A tipografia lhe garantiu o ofício, o sustento e, ironicamente, a perseguição. Naquele momento, contudo, o lugar na Assistência lhe garantiria a criação dos filhos e um envelhecimento economicamente seguro. Se fossem essas as projeções de João

lancha Esquirol. Por não se prestar mais ao serviço, apesar de repetidos concertos que tem sofrido, resolveu o governo mandar vender a lancha Raio”. Cf. Relatório no Ministro da Justiça e Negócios Interiores 1892-1893, p.362. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1899/000367.html>. último acesso em 20 de dezembro de 2011.

¹¹⁶ Cf. NEMO, *op. cit.* O Suburbano nº 18, 15 de novembro de 1900.

¹¹⁷ Idem. Nemo afirma que “como sabemos a lancha a vapor ‘Esquirol’ parte da cidade às 7 horas da manhã, e chega às colônias por volta das 7 ¾”.

¹¹⁸ Arquivo Nacional, *Série Saúde*, IS³ 22. *Relatório das Colônias de Alienados da Ilha do Governador, 1901*. Documento não paginado.

¹¹⁹ Arquivo Nacional, *Série Saúde*, *IS² 6. *Diretoria do Interior/ 2ª Seção/ Assentamento de Empregados/ Assistência Médico-legal de Alienados. Op. cit.*, fl.29.

Henriques, ele estava enganado. Segundo relato posterior de um de seus filhos, em meados de 1902, enquanto fazia as contas para apresentar ao diretor das Colônias, o almoxarife notou

“uma pequena diferença no livro-caixa. Cheio de escrúpulos, deixara de remetê-lo à direção do Serviço. Os dias foram passando. O almoxarife fazia e refazia as contas, e a diferença continuava a aparecer. Ficou assim obcecado com a ideia de que o poderiam acusar de ter dado um desfalque. Acusação injusta, sem dúvida, mas que ele jamais, em hipótese alguma, diante da diferença verificada, seria capaz de refutar.”¹²⁰

Não é nosso interesse avaliar o quanto de justiça haveria em eventuais acusações contra João. O que nos chama atenção são seus possíveis temores naquele momento. É provável que tenha acompanhado pelos jornais e pelo falatório que muito possivelmente circulou entre os funcionários da Assistência o escândalo que envolveu seu colega almoxarife do Hospício Nacional de Alienados, Oscar Adolpho da Costa Braga. Também não é difícil imaginar que viessem à sua cabeça as tristes lembranças do episódio de sua demissão na *Imprensa Nacional*, resultado da perseguição. Nesse quadro, o medo de novamente perder o emprego aumentaria

“À proporção que se ia aproximando o término do prazo para entrega do relatório, aumentava-lhe a angústia. Como era homem de pouco abrir-se, mesmo com pessoas da família, a obsessão foi-lhe crescendo no íntimo, sem que os filhos [...] percebessem que alguma coisa de anormal se estava passando na mente de João Henriques, até que a crise se manifestou.”¹²¹

O administrador não resistiu e sucumbiu ao delírio. Em uma madrugada de agosto o silêncio de sua casa na Ponta do Galeão foi cortado por gritos de pavor: “Não deixem a polícia entrar! Não deixem!”¹²². Os familiares acordaram assustados e não tardaram a perceber que não havia nem policial nem ameaça de prisão. Todo o corpo “anguloso e seco”¹²³ de João Henriques tremia de pavor. A noite foi longa e não havia quem pudesse acalmá-lo: armados até os dentes, os policiais queriam levá-lo de qualquer jeito para a cadeia.

¹²⁰ Depoimento de Carlindo de Lima Barreto, filho de João Henriques, concedido à BARBOSA, *op. cit.*, p. 104-105.

¹²¹ *Idem*, p.105.

¹²² *Idem*, *ibidem*.

¹²³ *Idem*, p.75.

No dia seguinte não houve melhoras. Os gritos foram substituídos por um envergonhado silêncio e uma apatia que “ameaçava dominar-lhe, por completo, o corpo e o espírito”¹²⁴. Com o prolongamento da crise foram-lho concedidos três meses de licença em 10 de outubro¹²⁵. Não sabemos se antes ou depois a família deixou a Ponta do Galeão e passou a morar no Rio de Janeiro, no bairro do Engenho Novo¹²⁶. João Henriques nunca mais voltou à Ilha do Governador.

Assim como ocorreu com Oscar, o João também teve que deixar suas funções no estabelecimento no qual trabalhava. A crise já havia se estabelecido e as reações do governo buscavam apurar a verdade por meio de uma sindicância. Da noite para o dia, um obscuro funcionário se viu no centro de uma devassa que abrangeria toda a assistência a alienados do Distrito Federal. Independente do desfecho do inquérito, João, de alguma forma, já havia sido sentenciado por seus escrúpulos. Ironicamente, o homem que ajudava no controle dos que eram tidos como loucos havia também ele enlouquecido. Nesse sentido, o drama pessoal de João é exemplar para notarmos como as grandes mudanças na assistência a alienados encontram nos indivíduos em suas práticas cotidianas a sua dimensão mais humana.

Vista assim de perto, a sucessão de acontecimentos que envolveram os três funcionários, Rita, João e Oscar, oferece pormenores que ajudam a mostrar uma Assistência Médico-legal a Alienados a partir de seu cotidiano. A crise que desencadeou no inquérito encontra explicações a partir do cotidiano. Assim como nas grandes teses e debates, é também no nível do corriqueiro que o alienismo brasileiro se apresenta em sua historicidade. A importância dos indivíduos até então ignorados pelas pesquisas que se voltam ao tema se torna evidente e fecunda.

No início desse capítulo perguntamos sobre o que teria motivado o inquérito. Como vimos, ele foi instaurado e, posteriormente, ampliado a partir de

¹²⁴ Idem, p.105.

¹²⁵ Arquivo Nacional, *Série Saúde*, IS³ 23. *Relatório encaminhado por Pedro Dias Carneiro ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores em 15 de fevereiro de 1903*, “Mapa em anexo”.

¹²⁶ BARBOSA, *op. cit.*, p.106.

denúncias contra os almoxarifes. No capítulo a seguir veremos que eles não foram a causa única do inquérito ou da crise. Antes, como avalia Magali Engel, foram o “estopim” em um ambiente inflamável, que logo se tornaria explosivo.